

2

ACTA
da
Reunião de negociação com a
Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos, Auxiliares e Operários da
Polícia Judiciária

Acta n.º 22

Aos 12 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 16h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça a Senhora Presidente da Direcção Nacional e os Senhores Presidentes das Direcções Regionais do Norte, do Centro e do Sul da Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos, Auxiliares e Operários da Polícia Judiciária (ASFTAO/PJ), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com particular relevância em matéria remuneratória.

O Senhor SEJMJ iniciou a reunião pelas 19h30 com o enquadramento da matéria referente à redução remuneratória, sublinhando que não abrangerá as categorias com remunerações mais baixas; e acordou com a ASFTAO/PJ a realização de uma reunião de negociação sobre a matéria, que ficou desde logo agendada para Quinta-feira, dia 21 de Outubro, pelas 18h00.

Quanto à transferência do subsistema da saúde dos serviços sociais para a ADSE, o Senhor SEJMJ sublinhou que o projecto apenas será agendado em reunião do Conselho de Ministros depois de apreciado e negociado com as entidades representativas dos funcionários do sector.

A ASFTAO/PJ alertou para o facto de a redução remuneratória ser feita sobre o valor total das remunerações que inclui as prestações pecuniárias que são objecto de desconto para a CGA ou para a Segurança Social, bem como todos os subsídios e suplementos remuneratórios e demais prestações pecuniárias decorrentes designadamente de trabalho suplementar, extraordinário ou em dias de descanso e feriados. Manifestou-se contra a medida e salientou que pode haver meses em que se atinge escalões diferentes, pelo que o montante da redução remuneratória variará ao longo do ano. Questionou ainda a previsão do tempo de aplicação dessa medida e se se aplicará apenas no decurso do ano de 2011, tendo o Senhor SEJMJ esclarecido que tal dependerá da evolução da conjuntura orçamental e financeira em 2011 e que a norma é excepcional.

A ASFTAO/PJ alertou ainda para a exposição apresentada no início do ano referente ao atraso no pagamento do Suplemento de Prevenção do Pessoal Operário e Auxiliar, devido desde 2000, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, que aprovou a lei orgânica da Polícia Judiciária, e questionou se o mesmo vai ser fraccionado.

Recordou ainda que o processo se encontra em tribunal desde Fevereiro de 2004, que mereceu sentença favorável no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e que, após recurso do Ministério da Finanças, foi proferido o Acórdão, já transitado em julgado, que decidiu uma vez mais a favor dos funcionários do quadro de pessoal operário e auxiliar mas que se mantém por executar, apesar de o Tribunal ter fixado um prazo aos Ministérios das Finanças e da Justiça para exarar a portaria em falta. Uma vez que se esgotaram os prazos legais e o Acórdão continua por cumprir, a ASFTAO/PJ deu entrada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa de um requerimento de execução, situação para a qual alertou, estando em causa os direitos de 179 pessoas que há dez anos aguardam pagamento. E recordou estarem em causa vencimentos de € 500 e suplementos de € 65.

O Senhor SEJMJ agradeceu a informação, que transmitirá ao Senhor MJ tendo em vista a realização de uma reunião com o Ministério das Finanças sobre a matéria. Deu por finda a reunião pelas 20h00.


Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 12 de Outubro de 2010,

Pela Associação Sindical dos Funcionários
Técnicos, Administrativos, Auxiliares e
Operários da Polícia Judiciária,
A Presidente da Direcção Nacional,

Maria José Santos

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,



José Magalhães



ASFTAO-PJ

ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS
TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS,
AUXILIARES E OPERÁRIOS
DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Direcção Nacional
Rua Gomes Freire, 174 - 1100 LISBOA

**Excelentíssimo Senhor
Ministro da Justiça**

Excelência,

Acusamos a recepção do Projecto de Decreto-Lei do Subsistema de Saúde, que mereceu a nossa melhor atenção.

Pese embora a lei nos conceda o prazo de 20 dias para nos pronunciarmos, apresentamos de imediato a nossa posição.

Aquando da restrição dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça – SSMJ – à maioria do Pessoal de Apoio à Investigação Criminal, de imediato se percebeu que a ADSE não tinha capacidade para atender os novos utentes, com um mínimo de celeridade e qualidade que os nossos funcionários entendiam necessária à manutenção da sua saúde e qualidade de vida.

Assim, desde logo, a expensas suas se organizaram e com mediação da AFTAO/PJ foi estabelecido um protocolo para um Seguro de Saúde de Grupo, que tem complementado os serviços da ADSE.

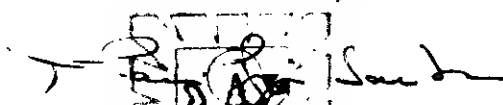

A sobrecarga de utentes, que esta extinção vai originar na ADSE, provocará de certo a sua degradação, se esta não for atempadamente reforçada.

Tal situação levar-nos-à a ter que renegociar as condições do nosso Seguro de Grupo, pelo que propomos que a Administração Pública participe nas despesas de saúde e o torne extensivo a todo o Pessoal de Apoio à Investigação Criminal.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os nossos mais respeitosos cumprimentos, a *pessoa*.

Lisboa, 21 de Outubro de 2010

**A Direcção Nacional,
A Presidente,**



ASFTAO/PJ